CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0276/84

INTERESSADO : SÉRGIO ROBERTO CARDOSO

ASSUNTO : Representação contra a Escola Municipal de 1º Grau
"Gal. Júlio Marcondes Salgado" / Capital

RELATOR : Consº Bahij Amin Aur

PARECER CEE Nº 1648 /84 - CEEG - Aprovado em 17 / 10 / 84.

1 - HISTÓRICO:

O Senhor Sérgio Roberto Cardoso, professor de Educação Física, nível II, efetivo, lotado na Escola Municipal de 1º Grau "Gal. Júlio Marcondes Salgado", Capital, inconformado com a decisão da escola em acatar uma dispensa médica de efeito retroativo, que dispensava das aulas de Educação Física o aluno Agnaldo César Coelho, matriculado na 6a. série, em 1983, solicita deste Conselho "providências urgentes", pois o aluno em questão está frequentando a 7ª série do 1º grau neste ano de 1984, na opinião do professor, indevidamente.

Junta à sua petição cópias xerox do livro de visita médica (fls. 05/06); da Ata da Comissão de Classe, que aprovou o aluno com 73% de frequência em Educação Física, acolhendo a dispensa médica de efeito retroativo ao 2º semestre, com o voto contrário do referido professor; da Ata geral de resultados finais da classe a que pertencia o aluno, ano de 1963.

Está, também, anexada Representação apresentada junto à direção da EMPG "Gal. Júlio Marcondes Salgado" pelo interessado, no sentido de reter o aluno na 6a. série, onde concluiu pela solicitação de encaminhamento do expediente à DREM-1-Norte, "em caso de não aceitação" do documento. Data de 14 de dezembro de 1983. O professor cita o Regimento Comum das escolas municipais para fundamentar seu pedido. Afirma que o aluno apresentou, consideradas as 49 aulas dadas no 1º semestre de 1983, apenas 69% de frequência em Educação Física o que não deve ser aceita a dispensa médica, com efeito retroativo e validade para o 2º semestre, porque, a seu ver, mesmo dispensado, o aluno deveria comparecer às aulas, embora não participando das atividades físicas. Quanto à compensação de ausências, diz que avisou o aluno desde o 1º semestre, mas seus avisos não tiveram acolhida, por isso não lhe parece que faça jus a essa compensação, agora.

O processo, iniciado neste Conselho, foi baixado em diligência pela Câmara do Ensino do 1º Grau, a fim de que fossem ou-

vidos os órgãos próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Foi juntada uma informação da Divisão de Arquivo Médico do Serviço de Relatórios Médicos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, assinada por seu diretor, em que se lê que o aluno ali iniciou tratamento ambulatorial em 22/11/83 e que esteve internado de 08/05/83 a 10/05/83, que recebeu tratamento medicamentoso cirúrgico em 09/05/83 e que necessitou permanecer em repouso por um mês a partir dessa data. Diagnóstico: 259.2 e biópsia de 259.6 (Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde).

A direção da Escola expõe os fatos às fls. 17/18. Diz que se o professor tivesse aceito a proposta de solucionar o problema do aluno através da compensação contínua das aulas perdidas, por motivo de doença, nem haveria este processo (de fato, o professor afirma em seu requerimento inicial que "a ata do referido Conselho não traduz a verdade quando diz que o professor não concordava com a compensação contínua, pois foi o aluno que não compareceu"), mas que, por sugestão dele mesmo, se pediu à médica que dispensasse o aluno, o que foi feito em outubro, com efeito retroativo a partir de agosto também.

Manifesta-se, em seguida, a Senhora Diretora Regional de Educação da DREM-1. Transcrevemos trecho: "Alega o ilustre professor Sérgio que o aluno em questão não atingiu os 75% de frequência às sessões de Educação Física ministradas à sua turma, pois apresentou 27 faltas quando o máximo que poderia dar era 25, excedendo, portanto, faltas a 2 sessões". Também: "é de estranhar que o ilustre professor Sérgio tenha convocado o aluno para freqüentar as sessões durante o 4º bimestre letivo, quando este se encontrava legalmente dispensado, pela médica da escola, da frequência às sessões de Educação Física. Ao professor faltava autoridade".

Às fls. 22, pronuncia-se a médica responsável pela dispensa. Transcrevemos: "...estive naquela unidade escolar em outubro de 1985, sendo cientificada pela direção da escola que o aluno Agnaldo César Coelho estava enfermo, com restrição de atividade física e sob controle médico no H.C. desde maio de 1983. Examinando os atestados, concluí que a dispensa se justificava pela gravidade do quadro e o risco de esforços, após cirurgia a que foi submetido. O aluno não se encontrava na EM na oportunidade, por ter sido encaminhado ao H.C. para controle clínico" (grifo nosso).

O diretor da Divisão de assistência Médica informa que a Dra. Judith "cumpriu o cronograma de atendimento às unida-

dos escolares a seu cargo na DREM-1".

Também o Encarregado do Setor de Educação física da SUPEME se manifesta às fls. 24, abordando o aspecto legal do caso.

Finalmente, pronuncia-se a senhora procuradora Assistente Jurídico - SUPEME - G, em minucioso e bem fundamentado parecer (fls. 26/29), de que transcrevemos: "assim, se o legislador, ao dispor no sentido de que é facultativa a prática de Educação Física, nas condições enumeradas no Art. 1º da Lei Federal nº 6503/77, o fez de modo amplo, sem limitações evidentes". Continua: "não se deve, pois, distinguir entre a prática e a freqüência, cumpra-se a norma tal qual é, sem acrescentar condições novas". E: "... é nosso entendimento que, na dispensa da prática, está implícita a dispensa da freqüência às aulas de Educação Física".

Transcrevemos, ainda: "Por outro lado, a concessão da dispensa médica, com efeito retroativo, também se justificou pelas razões apontadas pela médica da Escola em referência às fls. 22 (gravidade do quadro, os riscos de esforços após cirurgia e os atestados apresentados)". Portanto, julgamos que a dispensa médica, concedida em outubro de 1983, ao aluno em apreço, com efeito retroativo a agosto do mesmo ano, consistiu em ato idôneo, capaz de gerar efeitos jurídicos insuprimíveis".

Conclui: "em síntese, parece-nos não subsistir nenhum fundamento quanto à representação oferecida na inicial. Na verdade, entendemos, s.m.j, pelas razões já apontadas, que o ato de promoção do aluno Agnaldo César Coelho da 6a. para a 7ª série constitui-se em ato jurídico perfeito, portanto, apto e disponível para produzir seus efeitos seculares".

A senhora Superintendente de Educação acolhe o atrás citado parecer e encaminha o processo de volta a este Conselho, através da Senhora Secretária Municipal de Educação.

2 - APRECIAÇÃO:

Agnaldo César Coelho, aluno da 6a. série do 1º grau da EMPG "Gal. Júlio Marcondes Salgado", Capital, em 1983, esteve em tratamento no Hospital das Clínicas da USP, sendo, inclusive, submetido à cirurgia em agosto desse ano, com recomendação de posterior repouso.

Em outubro do 1983, seguindo o cronograma de atendimento às unidades escolares a seu cargo na DREM-1, a médica da

Escola ali compareceu e, à vista das informações recebidas da direção da Escola e dos atestados médicos apresentados, dispensou o aluno das aulas de Educação Física do 2º semestre de 1983 (inclusive com efeito retroativo para agosto e setembro).

Embora havendo tempo, o aluno não foi submetido à compensação de ausências e, como tivesse obtido aproveitamento satisfatório em todos os componentes curriculares, foi promovido à 7a. série pelo Conselho de Classe. Foi voto contrário o professor de Educação Física, por não atacar a dispensa médica com efeito retroativo e por achar que ao aluno deveria ser obrigatória a compensação das faltas. A seu ver, ele estaria dispensado da prática dos exercícios e não da freqüência às aulas.

Como lhe parecesse que a situação tardava a ter uma solução e o aluno estivesse freqüentando a 7a. série neste ano de 1984, o professor representou contra a direção da Escola junto a este Conselho.

Não havendo, no processo, manifestação dos envolvidos, foi baixado em diligência para que fossem ouvidas as autoridades da Secretaria Municipal de Educação da Capital.

Pronunciam-se a direção da Escola, a médica responsável pelos alunos, a Delegacia Regional de Educação-1, a Superintendente de Educação da SUPEME, o Encarregado do Setor de Educação Física e a Procuradora Assistente Jurídico da mesma Superintendência Municipal de Educação, além da senhora Secretária, que remete os autos a este Conselho.

A nosso ver, este é um problema de (falta de) comunicação.

Observando-se a Ata Geral de resultados da classe, vemos que, em maio/junho de 1983, ocasião em que o aluno estava sob cuidados médicos, inclusive com cirurgia, teve seis faltas computadas em Educação Física. Parece-nos que não houve a devida comunicação formal, à época, para que se procedesse à dispensa ou compensação. Picou tudo na insistência do professor e no mutismo do aluno.

Como a médica só veio em outubro, formalizou-se então, a dispensa. Para evitar prejuízos ao aluno interessado, que, a seu ver, não estava em condições de participar das aulas de Educação Física e à vista do quadro clínico que considerou grave, abrangeu com a dispensa, inclusive, os meses anteriores a outubro.

Dessa forma, das 100 aulas dadas no ano, tendo fal-

tado a 15 (9 no 1º bimestre e 6 no 2º bimestre), esteve freqüente a 85% delas. Sem esquecer que, no 2º bimestre, o aluno sofreu uma cirurgia, com conseqüente repouso pós-operatório.

O professor, inconformado com a dispensa em agosto/setembro, registrou 12 faltas, fazendo com que o aluno não passasse dos 73% de freqüência no ano, a que ele se refere.

No bem fundamentado Parecer da senhora Procuradora Assistente Jurídico da SUPEME, fica, a nosso ver, claro que, se a compensação das ausências poderia ter sido feita, não consta que fosse obrigatório fazê-la.

Sendo, também, acolhida como válida a dispensa médica com efeito retroativo, a promoção de Agnaldo César Coelho para a 7a. série do 1º grau da EMPG "Gal. Júlio Marcondes Salgado", da Capital, está correta, não subsistindo, portanto, fundamento quanto à representação oferecida pelo professor Sérgio Roberto Cardoso.

3 - CONCLUSÃO:

Responda-se ao interessado, SÉRGIO ROBERTO CARDOSO, professor efetivo, nível II, da EMPG "Gal. Júlio Marcondes Salgado", da Capital, nos termos deste Parecer.

São Paulo, 17 de agosto de 1984.

a) Consº BAHIJ AMIN AUR

Relator

4 - DECISÃO DE CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Bahij Anin Aur, Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná, Celso de Rui Beisiegel, Dermeval Saviani, Guiomar Namó de Mello, Luiz Antônio de Souza Anaral, Sílvia Carlos da Silva Pimentel e Sólon Borges dos Reis.

SALA DA CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, em 12 de setembro de 1984.

a) Consª CECÍLIA VASCONCELLOS LACERDA GUARANÁ

Vice-Presidente,

no exercício da Presidência

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 17 de outubro de 1984.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO

PRESIDENTE